

ELEIÇÕES

TSE mostra força contra suspeitas

Tribunal rebate, um a um, questionamentos de militares sobre pleito e, em resposta a Bolsonaro, nega "sala escura" na Corte

TAÍSA MEDEIROS

Menos de cinco meses das eleições gerais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) volta a rebater questionamentos das Forças Armadas que colocam em dúvida a segurança das urnas eletrônicas...

o fim do horário de votação. "Não existem salas secretas, tampouco a menor possibilidade de alteração de votos no percurso, dado que qualquer desvio numérico seria facilmente identificado, visto que não é possível alterar o resultado de uma somatória sem alterar as parcelas da soma", enfatiza o tribunal.

Os esclarecimentos

Veja sete questionamentos feitos pelas Forças Armadas e as respostas da Corte eleitoral.



1- Nível de confiança dos testes das urnas

O que dizem as Forças Armadas Os militares pediram que fosse ampliado o número de urnas submetidas a testes durante a eleição. Alegaram que o nível de confiança médio seria baixo, e a possibilidade de realizar mais testes de confiança em seções eleitorais sorteadas deveria ser estuda.

O que diz o TSE A Corte apontou "erro de premissa" conceitual das Forças Armadas. A equipe técnica explicou que, historicamente, falhas nos equipamentos são irrisórias e que o risco está na casa de 0,01%.



2- Critério de seleção das urnas que serão submetidas a testagem

O que dizem as Forças Armadas Esse processo deveria ser aleatório, e não ser atribuído às entidades fiscalizadoras, como acontece hoje.

O que diz o TSE Tornar o processo aleatório não é uma medida impossível, mas só poderia ser adotada em eleições futuras. O TSE explicou que o modelo, hoje, prevê que as entidades fiscalizadoras, incluindo os partidos políticos, já podem indicar de maneira aleatória as urnas que deverão ser testadas.



3- A "sala escura" e quem deve totalizar os votos da eleição

O que dizem as Forças Armadas A totalização dos votos nas eleições deve se manter no TSE, mas também ser feita nos tribunais estaduais, os TREs. A redundância do processo, defendem as Forças Armadas, aumentaria a auditabilidade das eleições, alegando que isso iria "diminuir a percepção da sociedade de que somente o TSE controla todo o processo eleitoral".

O que diz o TSE Os Tribunais Regionais Eleitorais, hoje, já comandam as totalizações em suas respectivas unidades da Federação. A centralização no TSE é apenas de equipamentos — uma orientação, inclusive, da Polícia Federal para minimizar risco de ataques hackers.



4- Fiscalização e auditoria das urnas

O que dizem as Forças Armadas O TSE deve incentivar a fiscalização do processo eleitoral pelas entidades, incluindo uma auditoria própria do Poder Legislativo.

O que diz o TSE O incentivo à fiscalização já integra a legislação brasileira. A Corte explicou que o Tribunal de Contas da União (TCU) já atua na vigilância do processo como órgão assessor do Congresso.



5- Inclusão das urnas eletrônicas do modelo do ano de 2020 nos testes de segurança

O que dizem as Forças Armadas É preciso realizar um teste público de segurança nesses modelos antes da utilização destes nas eleições.

O que diz o TSE O modelo 2020 já teve o núcleo de segurança avaliado por instituição certificada pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), conforme rígidas regras impostas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), e tem arquitetura de segurança compatível com o modelo de 2015.



6- Procedimentos em caso de verificação de irregularidade em um teste de segurança

O que dizem as Forças Armadas Os procedimentos que seriam adotados em caso de irregularidades em testes de segurança precisam ser mais bem divulgados.

O que diz o TSE Hoje, cabe ao juiz eleitoral adotar as providências e investigações necessárias para esclarecer eventual irregularidade verificada.



7- Sobre a divulgação de abstenção e voto

O que dizem as Forças Armadas Seria preciso divulgar o comparecimento e a abstenção em cada seção eleitoral.

O que diz o TSE Esses relatórios contêm dados pessoais que são de acesso restrito.



Saiba mais

Sem prova de fraudes

Apesar das suspeitas difundidas pelo presidente Jair Bolsonaro e replicadas pelas Forças Armadas na Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não foi encontrada nenhuma prova de fraude nas eleições com urnas eletrônicas. No ano passado,

a Polícia Federal fez levantamento de todos os inquéritos abertos desde 1996 e nada encontrou que colocasse em suspeita a segurança do processo eleitoral (TSE). Os indícios de irregularidades foram detectados quando ainda havia cédula de papel.

Antonio Augusto/semcom/TSE



O ministro disse que as regras do processo eleitoral já estão definidas

Fachin: "firme atuação" pela paz no pleito

As respostas da equipe técnica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) às Forças Armadas foram acompanhadas de despacho assinado pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin. "Ciente e cumpridor do seu papel constitucional ao longo dos últimos 90 anos, este tribunal manterá firme atuação voltada a garantir paz e segurança nas eleições, a aprimorar o processo eleitoral, a propagar informações de qualidade e, acima de tudo, a exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado democrático e de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil".

O processo eleitoral está definido e não é mais possível alterá-las. Segundo o tribunal, cabe agora apenas cumprir o que determinam a Constituição Federal e a legislação. "Paz e segurança nas eleições, eis o que guia a defesa do processo eleitoral, o respeito ao resultado das urnas e o Estado democrático de direito", acrescenta o comunicado.

Plano de Ação de Transparência das Eleições. "Haja vista o amplo interesse público em tal questão", diz o documento do militar. O TSE enviou outro ofício ao tribunal informando que, a partir de agora, ele vai tratar diretamente das questões com o TSE. Até o momento, o representante na Corte era o general Heber Portella.



Ciente e cumpridor do seu papel constitucional ao longo dos últimos 90 anos, este tribunal manterá firme atuação voltada (...) a exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado democrático e de uma sociedade livre"

Trcheo do despacho de Fachin

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 2